

Ornelas, Raúl. **A autonomía como eixo da resistênciã zapatista. Do levante armado ao nacimiento dos caracoles.** *En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI.* Ceceña, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005. ISBN: 987-1183-20-8

Disponible en la World Wide Web: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cece2PT/08_ornelas.pdf

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

RAÚL ORNELAS*

**A AUTONOMIA COMO EIXO
DA RESISTÊNCIA ZAPATISTA
DO LEVANTE ARMADO
AO NASCIMENTO DOS CARACOLES****

Nós já tínhamos um território controlado e foi para organizá-lo que se criaram os Municípios Autônomos. O EZLN tem muitas idéias sobre como é um povo organizado e livre.

O problema é que não há um governo que obedeça; há um governo mandão que não te escuta, que não te respeita, que pensa que os povos indígenas não sabem pensar, que quer nos tratar como índios pés-de-chinelo, mas a história já lhes respondeu e demonstrou que sabemos, sim, pensar, e que sabemos nos organizar. A injustiça e a pobreza te fazem pensar, produzir idéias, te fazem pensar como fazê-lo, ainda que o governo não te escute.

Major Insurgente de Infantaria Moisés, EZLN

MUITAS FORAM as leituras suscitadas pela luta das comunidades zapatistas de Chiapas. As questões formuladas por este inovador sujeito social propiciaram reações que vão da desqualificação à apologia. E não foram poucos os analistas e os atores políticos e sociais, particularmente entre o que podemos chamar como a esquerda comunista, que ofereceram conclusões céticas a respeito da luta zapatista.

* Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas da UNAM.

** Agradeço a Francisco Pineda, Ana Esther Ceceña, Rebeca Alfonso, Adriana e Rebeca Ornelas, Eva Rami e Marc Tomsin, que realizaram comentários e críticas sumamente pertinentes que espero ter acolhido nesta versão do texto. Agradeço também a colaboração de Mayla Nemesio e de Rebeca Alfonso. A elas e eles meu sincero agradecimento.

Ao revisar tais análises, constatamos que existem importantes deficiências no conhecimento das propostas e das realidades que constituem o essencial da luta zapatista. Neste trabalho nos propomos a resgatar os aspectos que consideramos mais importantes da construção da autonomia entre as comunidades rebeldes de Chiapas. De nosso ponto de vista, a autonomia é o processo que explica a força e o vigor da luta que há vinte anos se desenvolve nos vales da Selva Lacandona e da qual o Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) é uma expressão fundamental, ainda que não a única.

O objetivo central do texto é estabelecer as linhas gerais do discurso e da prática zapatistas em torno da autonomia, abordando duas questões: a evolução da autonomia desde o levante zapatista até o nascimento dos Caracoles, e a relação entre autonomia e poder. Sobre esta base esboçamos algumas conclusões preliminares a respeito do desenvolvimento do projeto autônomo das comunidades zapatistas.

Nossa reflexão inscreve-se no estudo da obra construtiva das revoluções, em particular das revoluções camponesas. Embora no texto apenas façamos algumas breves menções de outras experiências históricas, nosso trabalho foi alimentado pela revisão das lutas dos camponeses ucranianos (1918-1921) e dos camponeses aragoneses e catalães (1936-1939), cujas tentativas de construção da autogestão e do autogoverno têm importantes similitudes com a experiência zapatista.

Diante dos avanços da autonomia, os quais significam nove anos de autogoverno e a criação dos Caracoles, consideramos que não basta nos aprofundarmos nos intensos debates suscitados no domínio da teoria política, sendo fundamental adentrarmos na análise da prática concreta das comunidades zapatistas, em resistência desde 1994. O aniversário “20 e 10” do EZLN é um motivo a mais para esta tentativa¹. Cabe mencionar que este trabalho é uma primeira aproximação ao tema, motivo pelo qual acentuamos os aspectos construtivos da experiência autônoma; os limites e contradições deste processo são apenas esboçados, e seu estudo detalhado é objeto de uma pesquisa em curso.

OS CAMINHOS DA AUTONOMIA

Após o levante armado de 1º de janeiro de 1994 e dos doze dias de guerra aberta, os zapatistas empreenderam iniciativas direcionadas a tecer redes de re-

¹ Em 17 de novembro de 1983 é fundado o EZLN, e dez anos depois, em 1º de janeiro de 1994, ele se levanta em armas. O livro de Glória Muñoz (2003) oferece informação de primeira mão sobre a construção e a evolução do EZLN.

sistência com a sociedade civil e buscaram a interlocução com forças políticas e sociais do país e do Estado de Chiapas. A construção da autonomia situa-se no centro desta dinâmica: avançar na edificação das bases de reprodução das comunidades tem sido a grande força da luta zapatista; sem este elemento, a guerra sub-reptícia do governo mexicano teria conseguido limitá-la fortemente.

O primeiro elemento que queremos destacar é a evolução histórica do processo autonômico. É notável a continuidade na formulação e na prática zapatistas com respeito à construção da autonomia.

Desde janeiro de 1994 até o nascimento dos Caracoles em agosto de 2003, a autonomia tem sido concebida como um projeto construído pelos civis, onde os militares cumprem uma função de “acompanhantes”, função crucial, sem dúvida, mas que parte da vontade de não intervir diretamente no exercício do governo. Em todos os pronunciamentos essenciais do EZLN e em todos os momentos cruciais da construção das autonomias, os zapatistas deixaram claro que as tarefas de governo não devem ser realizadas pelo exército rebelde. O nascimento dos Caracoles assinala mais um passo nessa direção: tendo consolidado as bases do autogoverno, o EZLN se desliga completamente das funções de governo que de fato realizava (particularmente na relação das comunidades com o “exterior”) e se assume como guardião e garantidor da construção da autonomia. Voltaremos a isto mais adiante.

Embora as experiências de autogoverno entre as comunidades indígenas de Chiapas sejam muito antigas, podemos localizar o nascimento das autonomias zapatistas em dezembro de 1994. Após uma primeira tentativa infrutífera de diálogo com o governo, e diante da imposição de um governador pertencente ao PRI, o EZLN declara terminada a trégua e sai de suas posições na selva e nas montanhas rumo aos territórios habitados pelas “bases de apoio” zapatistas.

Em 8 de dezembro inicia-se a campanha “Paz com Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas” e, protegidos pelo avanço das tropas zapatistas, os povoadores de cada lugar declaram a existência de trinta novos municípios (ver o Quadro 1 e o Mapa 1) que agrupam as zonas de influência do EZLN em Chiapas. Como se pode apreciar, a experiência autonômica abarca um extenso território habitado por centenas de milhares de pessoas. Há oito anos as “bases de apoio” do EZLN têm trabalhado com afã na construção de seus autogovernos, melhorando suas condições de vida e integrando outros grupos a esta experiência.

QUADRO 1
MUNICÍPIOS AUTÔNOMOS REBELDES ZAPATISTAS (DEZEMBRO DE 1994)

MAREZ	Município Oficial
1. Libertad de los Pueblos Mayas	Ocosingo
2. San Pedro de Michoacán	Las Margaritas
3. Tierra y Libertad	Las Margaritas, Independencia y Trinitaria
4. 17 de Noviembre	Altamirano y Chanal
5. Miguel Hidalgo y Costilla	Las Margaritas y Comitán de Domínguez
6. Ernesto Che Guevara	Ocosingo
7. 1° de Enero	Ocosingo
8. Cabañas	Oxchuc y Huixtán
9. Maya	Ocosingo
10. Francisco Gómez	Ocosingo
11. Flores Magón	Ocosingo
12. San Manuel	Ocosingo
13. San Salvador	Ocosingo
14. Huichapan	Huichapan
15. Simojovel	Simojovel
16. Sabanilla	Sabanilla
17. Vicente Guerrero	Palenque
18. Trabajo	Palenque y Chilón
19. Francisco Villa	Salto del Agua
20. Independencia	Tila y Salto del Agua
21. Benito Juárez	Tila, Yajalón y Tumbalá
22. La Paz	Tumbalá y Chilón
23. José María Morelos y Pavón	Ocosingo
24. San Andrés Sakamchén de los Pobres	San Andrés Larráinzar
25. San Juan de la Libertad	El Bosque
26. San Pedro Chenalhó	Chenalhó y Mitontic
27. Santa Catarina	Pantelhó y Sitalá
28. Bochil	Bochil
29. Zinacantán	Zinacantán
30. Magdalena de La Paz	Chenalhó

Fonte: EZLN (1994-2004: 179-182) Tomo 2.

MAPA 1
MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS REBELDES ZAPATISTAS



Fonte: CIEPAC (2003).

Em meio a inúmeras agressões, desde as ofensivas militares de fevereiro de 1995, que buscavam eliminar a ação do EZLN, e a de 1998, contra os Municípios Autônomos, até a hostilidade cotidiana contra as comunidades, as instâncias autônomas empreenderam diversos trabalhos para atender as necessidades básicas dos habitantes das comunidades zapatistas, de tal modo que a autonomia não é apenas, nem principalmente, um projeto político, mas um *processo de criação autogestiva da vida social* nestas comunidades: seus maiores méritos residem em “ter conseguido sobreviver em condições de perseguição, hostilidade e pobreza que poucas vezes podem ser encontradas na história do mundo. Não apenas isso. Os Conselhos Autônomos conseguiram

levar adiante, com o apoio fundamental das “sociedades civis”, um trabalho titânico: construir as condições materiais para a resistência” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte)².

A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões territoriais arbitrárias dos municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território. Os procuradores locais e nacionais mais retrógrados quiseram resolver este desafio invocando o “separatismo” e os perigos de balcanização, que, segundo eles, a demanda de autonomia representa. Sempre é bom lembrar que a luta zapatista é por “ser reconhecidos como indígenas e como mexicanos”.

O controle do território constitui um sólido ponto de partida para a construção das autonomias a partir das comunidades. Com efeito, recuperando e transformando as instâncias tradicionais da vida comunitária, especialmente as reuniões de toda a comunidade, os Municípios Autônomos têm nas comunidades (casarios, povoados) suas unidades básicas, que se agrupam em conselhos de representantes até alcançar a escala municipal³.

A combinação de diferentes instâncias e formas de discussão, de representação e de vigilância é o fator que explica a vitalidade da autonomia zapatista.

2 A maior parte dos textos zapatistas citados podem ser consultados no seguinte endereço da Internet: <<http://www.ezln.org>>

3 De acordo com a mais recente história da experiência autônômica, os MAREZ foram construídos acompanhando a experiência que permitiu a criação do EZLN como um exército dos povos em luta, e não como uma guerrilha “com base social”, como foi o caso das guerrilhas no México nos anos 1960 e 1970. Em primeira instância, as comunidades indígenas se relacionam com o EZLN enquanto grupo de autodefesa, e paulatinamente são criadas estruturas de relação e retroalimentação em todos os níveis: as comunidades nomeiam responsáveis locais e regionais que transmitem as discussões e propostas entre o exército zapatista e as comunidades, ao mesmo tempo em que as filas dos milicianos e insurgentes aumentam de maneira constante, operando-se uma fusão ou, melhor, uma apropriação da organização político-militar por parte das comunidades: “começa a se dar o processo de transformação do EZLN, de um exército de vanguarda revolucionária para um exército das comunidades indígenas, um exército que é parte de um movimento indígena de resistência, dentro de outras formas de luta”. Assim, quando o EZLN “se imbrica com as comunidades, passa a ser um elemento a mais dentro de toda essa resistência, se contamina e é subordinado às comunidades. As comunidades apropriam-se dele e o tornam seu, colocam-no sob sua autoridade” (Le Bot, 1997: 148-149). Ver Muñoz (2003: 55-62).

Na base da experiência autônômica situa-se a comunidade, com suas instâncias de discussão e decisão: a reunião de todos os povoadores, dos conselhos de responsáveis e de representantes e, nos lugares onde existem, as autoridades tradicionais e dos conselhos de anciãos. Diferentemente do que acontece nos espaços políticos “ocidentais”, nas comunidades indígenas não existe separação entre os temas que ali são tratados: as questões do trabalho são atendidas juntamente com os assuntos religiosos, com as questões relativas à luta e às relações com outras comunidades, etc. Do mesmo modo, não existe uma “profissionalização” dos papéis: de maneira rotativa, a maioria dos habitantes da comunidade ocupam um “cargo”⁴.

Um aspecto central nesta dinâmica é a busca do consenso. Confrontados com a pobreza extrema e as enormes dificuldades para assegurar a reprodução imediata, os habitantes das comunidades têm vivido um longo aprendizado sobre a necessidade de chegar a acordos que incluam a maior parte dos povoadores de um território dado. Neste terreno de extrema dificuldade, a busca do consenso é espontânea: “O trabalho coletivo, o pensamento democrático, a sujeição ao acordo da maioria são mais do que uma tradição na zona indígena, têm sido a única possibilidade de sobrevivência, de resistência, de dignidade e de rebeldia” (Subcomandante Insurgente Marcos, 1994).

No que se refere aos mecanismos de controle e vigilância sobre os representantes e os encarregados, podemos destacar dois aspectos. Por um lado, não existe uma remuneração para ocupar os diferentes “cargos”⁵, de modo que a designação para uma tarefa não implica a diferenciação social ou econômica no interior da comunidade:

Nas comunidades zapatistas o cargo de autoridade não tem remuneração alguma (durante o tempo em que a pessoa é uma autoridade, a comunidade a ajuda em sua manutenção), é concebido como um trabalho em benefício do coletivo e é rotativo. Não poucas vezes é aplicado pelo coletivo para penalizar a negligência ou o desapego de algum de seus integrantes, como quando se castiga alguém que falta muito às assembleias comunitárias dando-lhe um cargo de agente municipal ou de comissário dos pastos (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

4 Isto se refere essencialmente aos cargos que podemos chamar “de representação”, já que existe outro tipo de “encargos” que requerem formações especializadas, como é o caso da saúde e da educação, onde o mecanismo não é de rotação, mas de incorporação constante de novos responsáveis.

5 Sem contar aos Comandantes, membros do Comando Geral do EZLN, a maior parte dos e das representantes das comunidades designam-se como “encarregados”. Mais que uma “autoridade”, nas estruturas de organização autônomas recebem-se encargos, tarefas a realizar que significam um aporte à comunidade por parte daquele que é nomeado.

Por outro lado, sob o lema de “mandar obedecendo” realiza-se uma avaliação permanente do trabalho dos representantes, que, além disso, podem ser substituídos e atuam geralmente com o mandato preciso de sua comunidade:

No que se refere à relação com as comunidades zapatistas, o “mandar obedecendo” foi aplicado sem distinção. As autoridades devem certificar-se de que sejam cumpridos os acordos das comunidades, suas decisões devem ser informadas regularmente, e o “peso” do coletivo, junto com o “passa a voz” que funciona em todas as comunidades, convertem-se em um vigilante do qual é difícil escapar. Ainda sim, ocorrem casos de pessoas que pretendem burlar isto e corromper-se, mas não vão muito longe. É impossível ocultar um enriquecimento ilícito nas comunidades. O responsável é punido, sendo obrigado a realizar trabalho coletivo e a repor à comunidade o que tomou indevidamente. Quando a autoridade se desvia, se corrompe ou, para usar um termo daqui, “está ociosa”, é removida do cargo e uma nova autoridade a substitui (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

Com base nas reuniões da comunidade, instâncias fortemente marcadas pelo que na teoria política se conhece como democracia direta, é erigido um sistema de representações que viabiliza as tarefas coletivas. O pertencimento a um Município Autônomo é competência exclusiva da reunião de cada comunidade⁶.

A instância seguinte é o Conselho Municipal, formado pelos representantes de cada comunidade que faz parte do município. Estes representantes participam em alguma das “comissões” ou “comitês” encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns. Além destas instâncias, o conselho conta com: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, encarregados da coordenação do conselho⁷.

6 Em nossa exposição, concentramos a atenção no funcionamento “político-social” das comunidades, perspectiva que pode dar uma visão falsa destas. A construção do EZLN e das autonomias representaram processos transformadores dessas comunidades, onde os elementos retrógrados da vida comunitária foram submetidos à crítica e tendem a ser superados. Dois deles merecem ser especialmente mencionados: o alcoolismo e a opressão da mulher, que constituíram dois dos obstáculos iniciais que o EZLN teve que vencer para poder continuar sua construção, e que atualmente continuam sendo centro de atenção dos autogovernos. Do mesmo modo, a revolução zapatista propiciou a transformação de outros conteúdos da vida das comunidades, como a educação (que antes era dada —quando o era— pelo Estado), os hábitos alimentares e de saúde, a saúde reprodutiva e a práticas agrícolas. Em suma, a comunidade oferece um terreno potencialmente propício para o trabalho em comum, mas o autogoverno implica um projeto que transcende o âmbito geográfico e histórico da comunidade.

7 Esta descrição é uma primeira aproximação, pois está baseada em testemunhos de “visitantes” nas comunidades (incluindo nossa própria observação); dada a situação de guerra, o EZLN decidiu manter em um segundo plano a estrutura da organização autônoma.

É esta instância colegiada que deu vida aos Municípios Autônomos desde 1994. Paulatinamente, os Conselhos Autônomos consolidaram sua presença e autoridade graças às iniciativas para melhorar a vida das comunidades e a suas práticas de “bom governo”, isto é, privilegiar a busca de acordos em vez do enfrentamento ou da repressão, assim como a aplicação do direito “consuetudinário”, que prefere a reparação do dano à sanção.

Nesse sentido, os Conselhos Autônomos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da luta zapatista. No interior das comunidades, o projeto autonômico ganhou legitimidade graças às tarefas de saúde, educação, culturais e produtivas que permitiram melhorar as condições de vida.

A propaganda governamental e a intelectualidade integrada, inclusive parte da esquerda social-democrata, não se cansaram de afirmar que a luta zapatista se esgota pouco a pouco, que as comunidades sofrem mais agora do que antes do levante, e que existem grandes divisões no interior do EZLN. Contudo, em 2003 os zapatistas deram diversas mostras da força e da unidade com que contam, das quais podemos citar duas de grande significado: em janeiro, para a celebração do nono ano do levante, mais de vinte mil indígenas manifestaram-se em San Cristóbal de las Casas; e em agosto, com o nascimento dos Caracoles. Ambas as mobilizações mostraram a unidade e a expansão da luta zapatista em Chiapas.

Hoje o zapatismo é maior e mais forte. Nunca antes em nossa história tivemos a força que temos hoje. Faz tempo que já ultrapassamos em muito os limites do estado sul-oriental de Chiapas e, além disso, temos controle até nas comunidades onde se encontram as guarnições do exército federal e da polícia de segurança pública do estado; nossa palavra também tem penetrado nos quartéis e em quem vive neles. Não estamos nos vangloriando. Estamos apenas comunicando isto (Comandante David, 2003).

Na relação com as comunidades não-zapatistas, os Municípios Autônomos construíram alianças locais com outros povoadores e outras forças sociais e políticas; isso amorteceu as estratégias contra-insurgentes aplicadas pelos governos local e federal, que têm como um de seus pilares fomentar o enfrentamento entre as comunidades; mesmo assim, os Conselhos Autônomos têm resistido e denunciado as agressões dos paramilitares.

A abertura para a população que não participa do EZLN é um aspecto fundamental da resistência zapatista. Em vez de instaurar um governo “próprio”, controlado diretamente pela força político-militar que ganhou nas mobilizações e na guerra um importante espaço político e territorial, o EZLN promoveu uma dinâmica de governos civis abertos à participação de todos os habitantes dos territórios em questão. Isso permitiu que os Conselhos Autô-

nomos surjam como uma alternativa às autoridades “oficiais”, sobretudo nos lugares onde o zapatismo é a força local mais importante⁸.

As Leis Revolucionárias (ver Quadro 2), apresentadas pelo EZLN em 1º de janeiro de 1994, constituem o marco geral da atuação dos Municípios Autônomos. Além da relação entre o exército e as tarefas de governo, que, como mencionamos, constitui a pedra angular da construção autonômica, a aplicação destas leis foi limitada, dadas as condições da guerra sub-reptícia em que se desenvolve a experiência da autonomia. Estas disposições tiveram o caráter de “programa”, de aspirações a serem alcançadas paulatinamente. Não obstante, podemos apontar alguns avanços importantes na aplicação destas medidas.

No tocante à terra, após as recuperações de terras ocorridas em 1994 não houve novas medidas a favor dos povos; pelo contrário, as agressões das forças repressivas e dos paramilitares produziram deslocamentos de população e migrações para a selva, onde a situação é ainda mais precária. Apesar disso, os Conselhos continuaram promovendo a posse e o trabalho coletivo das terras.

A Lei de Mulheres é a disposição com maior impacto, tanto dentro das comunidades como para o resto do país e inclusive do mundo. Em vista da situação de opressão extrema em que vivem as mulheres indígenas, as formulações zapatistas significam uma revolução nas comunidades: toda a sua estrutura econômica, social e cultural é posta em questão. Como o próprio EZLN comunicou, os avanços na aplicação desta Lei são irregulares e limitados, mas só o fato de ter trazido à luz as demandas elementares das mulheres como parte de um programa revolucionário abriu um horizonte de transformação acelerada que alimenta a vitalidade da luta zapatista. Do mesmo modo, a Lei de Mulheres é uma referência para indivíduos, forças políticas e sociais, que encontraram nela um ponto de apoio para promover as discussões sobre as relações de gênero em seus próprios âmbitos.

8 “Quem não é reconhecido é o governo constitucional; se não, por que as Juntas têm agora mais trabalho do que eles? As Juntas estão resolvendo problemas que antes eram resolvidos pelo Ministério Público. Agora os povos, mesmo que não sejam zapatistas, vão buscar a justiça nas Juntas. Então, digo: os que não são constitucionais são eles. A nós, sim, [os povos] nos reconhecem”. Palavras do Major Moisés (Muñoz, 2003: 61).

QUADRO 2
LEIS REVOLUCIONÁRIAS DO EZLN (JANEIRO DE 1994)

Lei de Impostos e de Guerra

Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses. Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais.
Os bens confiscados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto que aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do “governo revolucionário”.

Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta

Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política.
Eleição livre de representantes.
Exigir do exército que não intervenha em assuntos civis.
Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário.
Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução.
Prestação de contas das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.

Lei de Direitos e Obrigações das Forças Armadas Revolucionárias

Denunciar os maus governos civis.
Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil.
Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.

Lei Agrária Revolucionária

Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas.
As terras concedidas aos camponeses sem posses serão propriedade coletiva.
Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes.
Preservação de zonas de selva e reflorestamento.
Os recursos naturais são propriedade do povo.
Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente.

Lei Revolucionária das Mulheres

Direito de decidir quantos filhos ter.
Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil.
Não podem ser obrigadas ao matrimônio.

Lei de Reforma Urbana

Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há quinze anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário do chefe de família.
As mansões poderão ser ocupadas como moradia de muitas famílias.

Lei do Trabalho

As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem.
Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preços e salário.
Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo sua antiguidade.

QUADRO 2 (CONTINUACION)

Lei de Indústria e Comércio

Proibida a açambarcagem.

As indústrias que desejem fechar passarão a fazer parte da propriedade da Nação.

Preços dos produtos básicos regulados por uma comissão democraticamente eleita.

Lei de Seguridade Social

São prioridade os doentes incapacitados, os órfãos e os anciãos sem família.

As pensões dos aposentados serão iguais ao salário mínimo.

Finalmente, as iniciativas de saúde e de educação têm sido orientadas pelo disposto nas Leis Revolucionárias, que estabelecem como prioritários os serviços básicos para todos os povoadores da região. Estas são questões particularmente urgentes, uma vez que as comunidades chiapanecas figuram entre as mais marginalizadas do país⁹.

O NASCIMENTO DOS CARACOLES

Durante nove anos produziu-se um lento e zigzagueante experimento de autogoverno, de maturação do que foi criado desde 1994. O caminho que leva dos Municípios Autônomos aos Caracoles e às Juntas de Bom Governo pode ser visto como a construção de espaços de diálogo e discussão com o objetivo de lutar coletivamente contra o sistema de dominação. Desde 1994 o EZLN estimulou o diálogo dentro das comunidades zapatistas e entre ela, através

9 “Encarregados de governar um território rebelde, isto é, sem apoio institucional algum e sofrendo perseguição e hostilidade, os Conselhos Autônomos dirigiram suas baterias para dois aspectos fundamentais: a saúde e a educação. Na saúde, não se limitaram a construir clínicas e farmácias (sempre apoiados pelas ‘sociedades civis’, não se pode esquecer), também formaram agentes de saúde e mantêm campanhas permanentes de higiene comunitária e de prevenção de doenças. Na educação, em terras onde não havia nem escolas, muito menos professores, os Conselhos Autônomos (com o apoio das ‘sociedades civis’, não me cansarei de repetir) construíram escolas, capacitaram promotores de educação e, em alguns casos, até criaram seus próprios conteúdos educativos e pedagógicos. Manuais de alfabetização e livros de texto são confeccionados pelos ‘comitês de educação’ e promotores, acompanhados por ‘sociedades civis’ que sabem destes assuntos. Em algumas regiões (não em todas, é certo) já se conseguiu que as meninas, ancestralmente marginalizadas do acesso ao conhecimento, freqüentemente suas escolas. Embora se tenha conseguido que as mulheres já não sejam vendidas e escolham livremente seu parceiro, existe ainda nas terras zapatistas o que as feministas chamam ‘discriminação de gênero’. A chamada ‘lei revolucionária das mulheres’ ainda está bem distante de ser cumprida” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

dos Municípios Autônomos. Em relação ao resto do país e do mundo, os zapatistas realizaram diversas iniciativas de encontro: a Convenção Nacional Democrática (1994), os Diálogos de San Andrés (1996), os Encontros pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (o primeiro foi em 1996, em terras zapatistas), as Consultas e as Marchas (das quais a mais recente foi a Marcha da Cor da Terra, em 2001).

Do ponto de vista da autonomia, os Diálogos de San Andrés foram um momento decisivo, onde os povos indígenas do México conseguiram fazer chegar sua problemática ao nível nacional. Produto das pressões nacionais e internacionais sobre o governo de Ernesto Zedillo, estas discussões colocaram claramente a necessidade de saldar uma das dívidas históricas da Nação mexicana com seus povoadores originários: o reconhecimento dos povos indígenas como parte do projeto nacional. Sua realização é um dos exemplos mais notáveis do impacto que a luta zapatista teve sobre a realidade mexicana, particularmente na cultura e na organização política¹⁰.

Os resultados destes diálogos, os Acordos de San Andrés e a Proposta de Lei sobre os Direitos e Cultura Indígenas, representam o principal compromisso alcançado pelos atores políticos e sociais do país neste terreno, dando sustento e legitimidade às autonomias das comunidades indígenas do México. Em sua parte nuclear, os Acordos de San Andrés estabelecem:

O Estado deve promover o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito à livre determinação dos povos indígenas [...] que se exercerá num marco constitucional de autonomia assegurando a unidade nacional. Poderão, em consequência, decidir sua forma de governo interna e suas maneiras de se organizar política, social, econômica e culturalmente. O marco constitucional de autonomia permitirá alcançar a efetividade dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos em relação à sua identidade (Governo Federal e EZLN, 1996).

Outros espaços fundamentais na construção da autonomia foram os *Aguascalientes*, que foram concebidos como lugares de encontro das comunidades e das “sociedades civis”. Neles produziu-se uma troca permanente que evitou o isolamento da luta zapatista e propiciou ajuda material e política significativa para a construção da autonomia.

Entre 1996 e 2000, após o desconhecimento do que foi assinado em San Andrés por parte do governo de Zedillo, vive-se um longo período de resistência e de consolidação dos Municípios Autônomos. O triunfo de Vicente Fox nas eleições presidenciais (e suas promessas de campanha), propiciou

¹⁰ Ver Hernández e Vera (1998).

algumas expectativas de retomar a via do diálogo e dos acordos nacionais para dar satisfação às demandas da EZLN. No entanto, estas foram frustradas pela atitude dos poderes federais: tanto a Presidência como o Congresso da União, e posteriormente a Suprema Corte de Justiça, desatenderam a vontade majoritária que se expressara em torno da proposição da Lei sobre Direitos e Cultura Indígenas, elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação do Parlamento mexicano e apresentada ao Congresso pelo próprio Fox¹¹. Em março de 2001 é imposta uma Lei Indígena muito distante do pactuado em San Andrés, e o EZLN rompe todo contato com o governo, declarando-se “em resistência e rebeldia”.

Neste contexto, em julho de 2003 o Comando do EZLN anuncia o nascimento dos Caracoles e das Juntas de Bom Governo, expressões de “uma fase superior de organização” autônoma. Os Caracoles são as sedes das Juntas de Bom Governo, novas instâncias de coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional. Da mesma forma que os municípios rebeldes, as Juntas de Bom Governo são integradas por “um ou dois dos delegados de cada Conselho Autônomo”, de modo que se preserva o vínculo direto com as comunidades.

De acordo com o diagnóstico apresentado pela direção do EZLN, as novas instâncias buscam superar os problemas que surgiram no processo de construção da autonomia.

Em primeiro lugar, o avanço da autonomia precisa de coordenação regional. Enquanto os Municípios Autônomos agrupam comunidades e microrregiões, as cinco Juntas de Bom Governo (ver Quadro 3) agrupam regiões mais extensas e fortalecem os alcances da autonomia: quer se trate do melhoramento das condições de vida, das tarefas produtivas, da luta política ou dos intercâmbios, a coordenação regional ajudará a alcançar os objetivos propostos.

11 Ver Ceceña (2002a).

QUADRO 3

OS CARACOLES E AS JUNTAS DE BOM GOVERNO (AGOSTO DE 2003)

Caracoles	Junta de Bom Governo	Sede	Povos
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños / s-nan xoch baj paman ja tez waychimmel ku'untic.	Hacia la esperanza (Selva Fronteiríça)	La Realidad	tojolabales, tzeltales e mames
Torbellino de nuestras palabras / muc'ul puy zutu'ik ju'un jc'optic.	Corazón del arcoiris de la esperanza	Morelia	tzeltales, tzotziles e tojolabales
Resistencia hacia un nuevo amanecer/ te puy tas maliyel yas pas yach'il sacal quinal.	El camino del futuro	La Garrucha	tzeltales
El caracol que habla para todos / te puy yax sco'opj yu'un pisiltic (en tzeltal); puy mui ti t'an cha 'an ti lak pejtet (en chol)	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	choles, zoques e tzeltales
Resistencia y rebeldía por la humanidad / ta tzikel vocoil xchiuc jtoybailtic sventa slekila sjunul balumil.	Corazón céntrico de los zapatistas delante del Mundo	Oventic	tzotziles e tzeltales

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos (2003).

Outra das razões para promover a coordenação regional radica nos desequilíbrios introduzidos pela solidariedade externa. Dadas as condições de comunicação e de guerra sub-reptícia, o apoio externo (nacional e internacional) tendeu a se concentrar nas comunidades e regiões de mais fácil acesso. Para corrigir esta situação, em grande parte circunstancial, as Juntas de Bom Governo deverão aplicar três tipos de medidas:

- a. Indicar, com base nas solicitações das comunidades e dos Municípios Autônomos, quais são as prioridades para receber apoios da sociedade civil, e isso tanto em termos geográficos como do tipo de projetos a desenvolver.

b. Registrar as iniciativas (pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização) que fazem parte da luta zapatista, com o fim de evitar as fraudes.

c. Recolher o “imposto irmão”, que consiste em que a comunidade que recebe um apoio deverá entregar 10% do mesmo à Junta de Bom Governo da qual faz parte, a fim de que esta possa atender as necessidades de outras comunidades.

Com estas disposições, o projeto autônômico tenta dar solução às desigualdades que se produziram entre as comunidades, ao mesmo tempo em que são aplicados mecanismos de justiça social, tentando dar vida ao lema de “para todos, tudo”. Do mesmo modo, há uma mudança importante nas relações com a sociedade civil, visando a superar o que o Subcomandante Insurgente Marcos chamou de “a síndrome da Cinderela”¹²: a criação de uma instância que conhece as necessidades das comunidades de uma extensa região permitirá uma cooperação mais frutífera com a sociedade civil.

12 Como exemplo das dificuldades e contradições implicadas na construção do *mundo em que caibam muitos mundos*, permitimo-nos citar por extenso a explicação desta “síndrome”: “paralelamente ao surgimento e funcionamento desses espaços de encontro que foram os Aguascalientes, manteve-se em alguns setores da sociedade civil aquilo que chamamos de ‘síndrome da Cinderela’. Do baú das recordações retiro agora fragmentos de uma carta que escrevi há mais de nove anos: ‘Não os censuramos em nada [aos membros da sociedade civil que chegam nas comunidades], sabemos que arriscam muito quando vêm nos ver e trazer ajuda aos civis deste lado. Não é nossa carência que nos dói, é ver nos outros o que os outros não vêem, a mesma orfandade de liberdade e de democracia, a mesma falta de justiça. [...] Do que nossa gente obteve como benefício nesta guerra, guardo um exemplo de ‘ajuda humanitária’ para os indígenas chiapanecos, que chegou há algumas semanas: um sapato com salto de agulha, cor-de-rosa, importado, número 6½ sem o par. Levo-o sempre em minha mochila para lembrar a mim mesmo, entre entrevistas, foto-reportagens e supostos atrativos sexuais, o que somos para o país depois de primeiro de janeiro: uma Cinderela [...] Como dizer a esta boa gente, que sinceramente nos manda um sapato cor-de-rosa, com salto de agulha, número 6½, importado, sem par... pensando que, pobres como estamos, aceitamos qualquer coisa, caridade ou esmola, como dizer a toda esta boa gente que não, que não queremos mais continuar vivendo na vergonha do México? Nessa parte que é necessário maquilhar para que não torne feio o resto. Não, já não queremos continuar vivendo assim’. Isso foi em abril de 1994. Então pensamos que era questão de tempo, que as pessoas iam entender que os indígenas zapatistas eram dignos e que não buscavam esmolos, mas respeito. O outro sapato rosa nunca chegou, o par continua incompleto, e nos Aguascalientes amontoam-se computadores que não servem, remédios com data de validade vencida, roupa extravagante (para nós), que nem para as peças de teatro (‘señas’, como as chamam por aqui) são utilizadas, e, sim, sapatos sem par. E continuam chegando coisas assim, como se essa gente dissesse: ‘Pobrezinhos, estão muito necessitados, certamente qualquer coisa lhes serve, e a mim isto está atrapalhando’. Não só isso. Existe uma esmola mais solicitada. É aquela praticada por algumas organizações não-governamentais (ONG) e organismos internacionais. Consiste, *grosso modo*, em que eles decidem o que as comunidades necessitam e, sem sequer consultá-las, impõem não só determinados projetos, como também os tempos e formas de sua realização. Imaginem o desespero de uma comunidade que necessita de água potável e à qual impingem uma biblioteca; a que precisa de uma escola para as crianças e lhe dão um curso de ervas medicinais” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 2ª parte).

Em segundo lugar, com a criação dos Caracoles e das Juntas de Bom Governo, o EZLN consolida sua independência com relação às tarefas de governo, sendo categórico ao declarar que dali em diante não intervirá nos trabalhos do governo¹³. Enquanto assumem a coordenação das iniciativas que concernem aos aspectos econômicos, sociais e de justiça, as instâncias autônomas deverão fortalecer o autogoverno, seu papel de amortecedor da contra-insurgência, e, sobretudo, deverão consolidar sua capacidade para resolver pacificamente os conflitos entre comunidades.

Da perspectiva do EZLN, esta independência é a conseqüência lógica de sua formulação estratégica de não buscar a tomada do poder:

Posto que o EZLN, por seus princípios, não luta pela tomada do poder, nenhum dos comandantes militares ou membros do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena pode ocupar cargos de autoridade na comunidade ou nos Municípios Autônomos. Aqueles que decidem participar nos governos autônomos devem renunciar definitivamente a seu cargo organizativo dentro do EZLN (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

As novas instâncias autônomas constituem também um esforço para melhorar as relações com as comunidades não-zapatistas. Isso refere-se particularmente à solução de desacordos (quase sempre relacionados com os usos da terra e dos recursos) e à distribuição de justiça. Por não existirem instâncias de coordenação regional, as queixas e denúncias de comunidades, indivíduos e organismos de defesa de direitos humanos não tinham um destinatário reconhecido pelas comunidades em resistência, nem pelo EZLN. De agora em diante, as Juntas de Bom Governo deverão atender e dar resposta a esses problemas.

O Quadro 4 retoma as tarefas que serão desenvolvidas pelas Juntas de Bom Governo. À parte das funções antes enunciadas, cabe destacar que a gestão das relações “políticas” com o exterior (participação em eventos fora das comunidades) será compartilhada pelas juntas e pelo Comando do EZLN. Do mesmo modo, estabeleceu-se que as funções de “distribuição de justiça; a saúde comunitária; a educação; a moradia; a terra; o trabalho; a alimentação; o

13 “Em meu caráter de comando militar das tropas zapatistas, comunico-lhes que, a partir de agora, os Conselhos Autônomos não poderão recorrer às forças milicianas para os trabalhos de governo. Deverão, portanto, se esforçar para fazer como devem fazer todos os bons governos, isto é, recorrer à razão, e não à força, para governar. Os exércitos devem ser usados para a defesa, não para governar. O trabalho de um exército não é ser polícia ou agência de ministério público. Em conseqüência, como lhes será comunicado por nossos Comandantes, serão retirados todos as reservas de tropas e postos de controle que, sob a autoridade autônoma, nossas forças mantinham em caminhos e estradas, assim como a cobrança de impostos de particulares” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003b).

comércio; a informação e a cultura; o trânsito local” continuarão sendo competência dos municípios rebeldes.

QUADRO 4
OBJETIVOS, TAREFAS E PRIMEIRAS MEDIDAS
DAS JUNTAS DE BOM GOVERNO (AGOSTO, 2003)

• Tentar neutralizar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades.

• Mediar os conflitos entre municípios autônomos, e entre municípios autônomos e municípios governamentais.

• Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos por violações dos direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar aos Conselhos Autônomos a correção destes erros, e para vigiar seu cumprimento.

• Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas, tomando o cuidado para que sejam cumpridos os tempos e formas estabelecidos em comum acordo pelas comunidades; e para promover o apoio a projetos comunitários nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas.

• Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, funcionem nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas.

• Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional na visita às comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisas (atenção: deixando algum benefício para as comunidades), e qualquer atividade permitida em comunidades rebeldes.

• De comum acordo com o CCRI-CG do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes, e para eleger e preparar esses companheiros e companheiras.

• Cuidar para que, em território rebelde zapatista, aquele que manda mande obedecendo.

• A Junta de Bom Governo decidirá, depois de avaliar a situação das comunidades, aonde é mais necessário que se dirijam os apoios externos. É imposto a todos os projetos o chamado “imposto irmão”, que é de 10% do montante total do projeto, destinado a outra comunidade que não recebe apoio. O objetivo é equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência.

• Serão reconhecidos como zapatistas apenas as pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização que estejam registradas em uma Junta de Bom Governo. Os excedentes ou bonificações pela comercialização de produtos de cooperativas e sociedades zapatistas serão entregues às Juntas de Bom Governo para que se apoiem os companheiros e companheiras que não podem comercializar seus produtos ou não recebem nenhum tipo de apoio.

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos (2003).

Assim, a criação dos Caracoles e das Juntas de Bom Governo não implica uma centralização dos poderes (ou, o que dá no mesmo, um distanciamento da tomada de decisões com respeito às comunidades), uma vez que os municípios conservam o controle das atividades decisivas da vida comunitária, e as comunidades continuam sendo as instâncias de discussão e aprovação das iniciativas. Trata-se, portanto, de melhorar as relações entre as comunidades da área e a interação das comunidades zapatistas com a sociedade civil nacional e internacional. Da mesma forma que os Conselhos Autônomos, as Juntas recebem mandatos das comunidades e estão sujeitas aos mesmos mecanismos de vigilância.

A imagem de conjunto oferecida pelos zapatistas nesta nova etapa de organização é a do diálogo permanente e em diferentes níveis:

[O] caracol representa entrar no coração, assim diziam os mais antigos detentores do conhecimento. E dizem que dizem que diziam que o caracol também representa sair do coração para andar no mundo, modo como os primeiros chamavam a vida. E ainda dizem que dizem que diziam que com o caracol chamava-se a coletividade para que a palavra fosse de um ao outro e nascesse o acordo. E também dizem que dizem que diziam que o caracol era ajuda para que o ouvido escutasse inclusive a palavra mais distante (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 1ª parte)¹⁴.

Durante o nascimento dos Caracoles, junto com as mudanças na organização autônômica a direção zapatista propôs uma série de iniciativas que visavam amplificar a resistência ao neoliberalismo. Em particular, o Plano La Realidad-Tijuana propõe “ligar todas as resistências em nosso país e, com elas, reconstruir a partir de baixo a nação mexicana”, um plano baseado na unidade de ação e no respeito à diferença, o chamado para promover a autonomia, a autogestão e a rebeldia em todo o país. O Plano está articulado em torno de reivindicações nacionais como o direito à terra, ao trabalho e ao salário digno, à habitação, à saúde, à alimentação e à vestimenta, à educação, e em prol do respeito à dignidade da mulher, da infância e dos idosos. Um primeiro passo nesse sentido foi a participação das vozes zapatistas nas mobilizações de Cancún contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). No final de 2003 produziu-se outra ampla convergência em torno da rejei-

14 “Das palavras do subcomandante Marcos sobre a organização dos caracoles depreende-se que estes correspondem ao conhecimento do interior e do exterior, da visão de quem não olha somente para si, mas olha os demais; daquele que se anima e anima os outros, por mais distantes que estejam e por mais adormecidos que se encontrem em seus escapes e sonhos, a participar com ações cada vez mais eficazes para alcançar os objetivos propostos. Os caracoles se organizam para não se perder nas partes, para ver o conjunto e para atuar no conjunto articulado dos povos de sua própria ‘terra’ e do mundo” (González Casanova, 2003).

ção da privatização do setor energético mexicano e da reivindicação de uma reorientação da política social.

É muito importante assinalar que tudo o que foi dito antes não significa que o desenvolvimento da autonomia esteja livre de limites ou contradições. Quisemos, num primeiro momento, descrever as formas que o processo autônomo tomou no período 1994-2003, mas, como os próprios zapatistas afirmam, a construção do “mundo onde caibam muitos mundos” é um processo incipiente, marcado por grandes dificuldades e obstáculos. Uma das principais limitações foram as pressões e agressões dos governos local e federal, a continuidade das políticas contra-insurgentes (apesar de, em 2000, o PRI ter perdido o governo de Chiapas), assim como os encontros e desencontros com as organizações sociais e políticas; isto constituiu fortes freios ao desenvolvimento da autonomia.

A guerra contra as comunidades em resistência destruiu em inúmeras ocasiões o que tanto custou construir; porém, as autonomias chiapanecas mostraram uma tenacidade sem paralelo na história recente do México. Temos como exemplos a construção de cinco Aguascalientes (Oventik, La Realidad, La Garrucha, Roberto Barrios e Morelia) como resposta à ocupação militar e destruição do primeiro Aguascalientes, o de Guadalupe Tepeyac; ou a recuperação do Palácio do Governo de San Andrés, após uma tentativa dos priístas de se apoderar desse lugar altamente simbólico para a luta zapatista; e inclusive onde as ameaças de repressão obrigam à mobilidade permanente, como no município rebelde Ricardo Flores Magón, as autoridades autônomas continuam realizando suas tarefas e construindo a autonomia.

A relação do EZLN com as forças políticas (em particular com o Partido da Revolução Democrática, PRD, formação social-democrática que governa a capital do país) e com as organizações sociais também teve impacto na construção da autonomia. Enquanto as estratégias zapatistas concentraram-se na construção de uma saída política para a guerra, grande parte da energia das comunidades foi dedicada a tarefas não relacionadas diretamente com a vida interna: desenvolveram-se repetidas tentativas de criar instâncias de diálogo e de luta unitárias em escala nacional, as quais não conseguiram avançar além de seus primeiros passos. Por isso, a partir de 1997-1998 a consolidação das autonomias situa-se no centro da resistência zapatista, e o diálogo para fora tem as “sociedades civis” como interlocutor prioritário.

Podemos resumir esta apresentação dos aspectos que consideramos essenciais do processo autônomo entre as comunidades zapatistas de Chiapas dizendo que a importância da autonomia radica em ser o complemento do pensamento zapatista, cujo caráter inovador tem dificultado sua compreensão. Com efeito, os questionamentos mais frequentes à luta

zapatista enfocam a necessidade de combater aqui e agora as manifestações do poder, considerando que as propostas zapatistas são “irrealizáveis”. Diante desse ceticismo, constatamos que a autonomia cria cotidianamente as bases para esse “outro mundo onde cabem muitos mundos”. A luta contra a dominação está em andamento e avança no ritmo da construção dos autogovernos. O desenvolvimento das autonomias mostra que as propostas zapatistas não são idéia “para o futuro”, quando a sociedade tiver mudado; são propostas de transformação cujo horizonte são os tempos longos, mas cuja realização se enraíza no presente, na vida e na luta cotidiana das comunidades em resistência.

AUTONOMIA E PODER

O segundo elemento que consideramos central na construção da autonomia é a relação da luta zapatista com o poder: no âmbito da transformação social, a autonomia tenta resolver os dilemas colocados pelas relações com o poder.

Na Primeira Declaração da Selva Lacandona (janeiro de 1994) o EZLN estabeleceu:

Portanto, e conforme esta Declaração de guerra, damos a nossas forças militares do Exército Zapatista de Libertação Nacional as seguintes ordens:

Primeiro. Avançar para a capital do país, vencendo o exército federal mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas (EZLN, 1994).

Do mesmo modo, na Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta se estabelece:

Primeiro. Os povos em luta contra o governo opressor e os grandes exploradores nacionais e estrangeiros, sem importar sua filiação política, credo religioso, raça ou cor, terão os seguintes DIREITOS:

- a. Eleger, livre e democraticamente, suas autoridades de qualquer classe que considerem conveniente, e exigir que sejam respeitadas
- b. Exigir das forças armadas revolucionárias que não intervenham em assuntos de ordem civil ou na tributação de capitais agropecuários, comerciais, financeiros e industriais, que são competência exclusiva das autoridades civis eleitas livre e democraticamente (EZLN, 1994).

Desde o início da rebelião, estabelece-se claramente a independência entre as funções de governo, concebidas como um assunto que concerne em primeiro lugar às comunidades, e a luta política e armada à qual se entrega o EZLN. Este é um aspecto crucial que a luta zapatista compartilha com as revoluções camponesas do século XX: tanto na Ucrânia como em Aragão e na Catalunha, os exércitos insurgentes deixaram nas mãos dos civis a construção dos autogovernos¹⁵. A esse respeito, é esclarecedora a proclamação que acompanhava a entrada do exército makhnovista nos povoados e cidades da Ucrânia:

A todos os trabalhadores da cidade e de seus arredores: Trabalhadores! Vossa cidade é ocupada, momentaneamente, pelo *Exército insurreccional revolucionário (makhnovista)*. Este exército não está a serviço de *nenhum partido político, de nenhum poder, de nenhuma ditadura*. Pelo contrário, busca *libertar* a região de todo poder político, de toda ditadura. Trata de proteger *a liberdade de ação, a vida livre dos trabalhadores* contra toda dominação e exploração. Portanto, o exército makhnovista não representa nenhuma autoridade. Não submeterá ninguém a nenhuma obrigação. Seu papel se limita a defender a liberdade dos trabalhadores... Cabe aos camponeses e aos trabalhadores atuar, organizar-se, entrar em acordo em todos os domínios de sua vida, tal como eles os concebem e como desejem... Os makhnovistas só podem *ajudá-los*, oferecendo-lhes *opiniões* ou *conselhos*, colocando à sua disposição as forças intelectuais, militares ou outras de que necessitem. Mas não podem nem querem, em nenhum caso, *governá-los* ou *prescrever-lhes* nada (Voline, 1969: 598-599).

Nos três casos, as comunidades camponesas possuem práticas e tradições autogestadas ancestrais, que constituem uma base fértil para a construção de governos próprios. Além destas semelhanças, também é interessante destacar que nas experiências de Aragão, Catalunha e Ucrânia influíram fortemente as organizações anarquistas, implantadas anteriormente aos momentos revolucionários; estas organizações realizaram uma intensa tarefa educativa concentrada em estabelecer que o autogoverno era a única solução para a situação de miséria e opressão, assim como em marcar os limites dos regimes políticos imperantes (o czarismo, a monarquia, as repúblicas). Por seu lado, a construção do EZLN está marcada em seus inícios pela presença de uma organização marxista-leninista com um projeto de caráter político-militar (luta armada, a tomada do poder), o qual foi transformado radicalmente na interação com os povos indígenas.

15 A respeito da experiência na Ucrânia ver Archinof (1975: 161-170) e Makhno (1970: 187-194); e sobre Aragão e Catalunha, Leval (1971) e Carrasquer (1985).

Os projetos das organizações políticas, nos três casos, foram retomados e *transformados* pela luta das comunidades, o que destaca a força e a centralidade que estas têm como base das experiências revolucionárias radicais, entendidas como as que afetam o conjunto da vida social, desde o cotidiano e material até o regime político¹⁶.

Por outro lado, é importante assinalar que a postura de independência diante das tarefas de governo distingue radicalmente a luta zapatista de grande parte das revoluções sociais contemporâneas e particularmente daquelas cuja matriz foi a revolução bolchevique.

Diferentemente das visões do enfoque guerrilheiro ou da esquerda gradualista, os zapatistas abandonam as idéias de “uniformidade”, de “coesão”, apostando na multiplicação dos atores da transformação social: em particular, propõem as figuras do “bom governo” (ou do “governo democrático”), do rebelde e das “sociedades civis”, entendidas como sujeitos complementares em tensão. Não se trata de unificar e homogeneizar (hegemonizar?) as forças da mudança social sob diretrizes gerais (o programa), nem direções centrais (o partido), mas de ampliar os espaços e as formas de intervenção no processo emancipador. A grande força da experiência zapatista reside em que pode demonstrar, na contracorrente dos discursos e das práticas das organizações políticas, que é possível atuar unitariamente sem suprimir a diversidade dos participantes. Nesse sentido, as Juntas de Bom Governo são uma instância de ação unitária, e não um mecanismo de uniformidade, na medida em que não centralizam poderes ou mandatos das instâncias de base (assembléias, Municípios Autônomos).

As propostas homogeneizadoras (que chegaram a falar de “eficácia” na luta de classes) estavam permeadas pela *lógica militar e excludente* que caracteriza o capitalismo. Assim, as idéias-força e as estratégias dos sujeitos revolucionários privilegiavam a negatividade da revolução: “o ódio ao opressor”, “a ditadura do proletariado”, a “pátria ou a morte”, certamente aumentavam as capacidades dos oprimidos e de suas organizações no enfrentamento com os opressores e o Estado, mas conduziram sistematicamente a ruas sem saída (ou a derrotas arrasadoras), enquanto suas

16 Esta consideração acerca da independência no que diz respeito às tarefas de governo não significa que minimizemos o papel dos exércitos insurrectos. É claro que sem sua existência e ativa participação, desenvolvendo heróicas lutas em várias frentes militares e políticas, nenhuma construção autogestada teria tido lugar. Os exércitos rebeldes criam a ruptura onde nascem os “mundos novos”. E, ao mesmo tempo, podemos afirmar que, nestas três experiências, a necessidade de fazer a guerra não se torna virtude, e que a expressão armada da luta é limitada tanto em sua importância dentro do processo de emancipação como em seu horizonte de autodissolução.

alternativas (estatização, partido único, organizações sociais corporativizadas, coexistência pacífica) nunca romperam com os limites da sociedade baseada na competição¹⁷.

A multiplicação do sujeito da transformação social (que aqui restringimos ao extremo ao falar do “bom governo”, dos rebeldes e das “sociedades civis”), é a alternativa que os zapatistas opõem aos mecanismos de poder que caracterizam o sistema capitalista¹⁸.

Tanto para a sociedade capitalista como para o paradigma “leninista” da revolução, o Estado, o partido, a “consciência nacional”, etc., são os meios inevitáveis para conduzir a sociedade para a transformação social. O característico desta construção de sentido é que se realiza mediante “especializações” que rompem a unidade da vida social, criando papéis que se reproduzem a si mesmos: os políticos, os empresários, os trabalhadores, os burocratas, os intelectuais, etcetera¹⁹.

Os zapatistas, em compensação, buscam mediações para uma reconstrução do social com base em novas relações. Partindo do que chamam “uma nova

17 A esse respeito, a experiência do período pós-revolucionário na Rússia é muito interessante. Podemos mencionar que a adoção das formas capitalistas de organizar o trabalho (os “soviets mais a eletrificação” e o stajanovismo, para não falar da coletivização forçada) constituíram experiências frustradas de superação do capitalismo. O pensamento de Trotski é extremamente instrutivo neste terreno, pois constitui uma das tentativas mais desenvolvidas de “organizar” a transformação social. Além disso, Trotski teve um papel central na “pacificação do país” (enfrentamento da reação e das invasões, esmagamento da ala radical da revolução) e nas primeiras orientações da economia após o triunfo do partido bolchevique em outubro de 1917. O ainda “profeta armado” afirmou em várias oportunidades que o socialismo só venceria o capitalismo quando conseguisse superá-lo em seu terreno, o bem-estar das massas: “Nós conhecemos a lei fundamental da história: a vitória pertence, em última instância, ao sistema que assegure à sociedade humana um nível econômico mais elevado. A disputa histórica será decidida –ainda que não seja de um só golpe– pelo coeficiente de comparação da produtividade do trabalho” (Trotski, 1925). Esse tipo de posturas expressa a submissão das forças criativas da revolução à “direção” imposta por uma organização política, assim como a ausência de uma crítica radical da sociedade capitalista, fatores que constituem limitações comuns a todas as revoluções dirigidas por forças de inspiração marxista. Além das críticas provenientes de perspectivas libertárias, podemos citar aquelas que se reconhecem como continuadoras do pensamento de Marx, especialmente Pannekoek, Luxemburgo e Korsch, que destacaram a importância da ação autônoma dos trabalhadores, opondo-se à estratégia dirigista dos bolcheviques russos. Rubel, Bonefeld e Tischler (2002) oferecem exemplos deste tipo de críticas.

18 Isto também se reflete na postura zapatista diante das heranças revolucionárias: “Estamos em terras rebeldes. Aqui vivem e lutam estes que se chamam ‘zapatistas’. E são bem outros estes zapatistas... e desesperam mais de um. Em vez de tecer sua história com execuções, morte e destruição, empenham-se em viver. E as vanguardas do mundo arrancam os cabelos, porque no ‘vencer ou morrer’ estes zapatistas nem vencem nem morrem, mas tampouco se rendem e têm aversão tanto ao martírio quanto à tibieza. Bem outros, é certo” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 1ª parte). Ver também Le Bot (1997: 132-141).

19 Lembremos que existe um extenso trabalho do pensamento crítico argumentando que estas comunidades baseadas nas instituições do poder são “comunidades fictícias” ou alienadas.

forma de fazer política”, levam em conta o conjunto dos níveis e manifestações da vida social a fim de submetê-los à crítica; por essa via, buscam a maneira de superar as separações que dão coerência e sentido ao capitalismo: trata-se de *não reproduzir* a separação entre política, sociedade e economia, entre o público e o privado, entre o “importante” e o banal, buscando criar relações que tendam a (re)unificar a vida social. Nesta perspectiva, o projeto zapatista de “um mundo onde caibam muitos mundos” oferece uma alternativa civilizatória ao capitalismo²⁰, onde os valores da competição, da força, da hegemonia, são superados por idéias-força novas e/ou ressignificadas: a solidariedade, a liberdade, a democracia, a justiça.

Assim, as figuras de “autoridades” (ou responsáveis, como eles dizem), de “rebeldes”, e em especial de “sociedades civis” não são novas reificações ao estilo do “especialista” que está no coração do capitalismo ou do “revolucionário profissional” do qual falava Lenin. Pelo contrário, essas figuras são apenas aspectos de uma vida social que mantém sua coerência firmemente assentada na vida comunitária. Nem burocratas, nem guerreiros, os representantes e os rebeldes zapatistas são, antes de tudo, camponeses ligados ao trabalho da terra e à vida de seus povos²¹.

Mostra-se essencial assinalar que a proposta zapatista é pertinente no ambiente das comunidades indígenas que lhe dão origem; a reinvenção da comunidade em outros habitats onde a complexidade da sociedade, as especializações e a individualização são muito maiores, evidentemente põe em questão esta proposta.

20 Ana Esther Ceceña e John Holloway realizaram imensos esforços para delinear as contribuições da luta zapatista neste terreno. Ver seus trabalhos citados na bibliografia e especialmente o trabalho de Ceceña, *La subversión del saber histórico de la lucha. Los zapatistas del siglo XXI*.

21 Novamente, é notável a proximidade da experiência zapatista com a das coletividades libertárias aragonesas: “Porém o mais decisivo contra a estratificação social apóia-se no fato de conceder o mesmo valor a todas as funções, não outorgando privilégio algum a nenhuma delas. Então, o indivíduo que leva algum tempo desempenhando um cargo importante, ao não obter recompensa material de nenhum tipo, nem poder ostentar autoridade alguma, dado que esta reside na assembléia, chega a experimentar certo cansaço e até o desejo de que o substituam para poder se dedicar a outra atividade. E esse foi, junto com a formação polivalente, o melhor antídoto que as coletividades utilizariam contra a hierarquização burocrática. Nelas, secretários e tesoureiros em todos os níveis e aqueles que desempenhavam outras funções de ordem administrativa, ou outro serviço, recebiam a mesma remuneração que os trabalhadores comuns, sem que jamais se levasse em conta para fins lucrativos o grau de responsabilidade que traz em si o desempenho de cargos de gestão em qualquer setor da vida coletiva. E isto era assim porque, num contexto igualitário, onde toda veleidade de acumular poder e riqueza fica descartada implicitamente, o indivíduo sente-se profundamente motivado pelo desejo de ser útil à coletividade sem esperar outra recompensa além do afeto dos companheiros e a constatação de seu reconhecimento pelo serviço prestado de maneira espontânea e generosa” (Carrasquer, 1985: 185).

AUTONOMIA E REVOLUÇÃO

Além de oferecer uma postura inovadora diante do poder, a autonomia construída pelas comunidades zapatistas contém dois argumentos centrais no domínio da luta revolucionária: “a revolução que torne possível a Revolução”, e o não lutar pela tomada do poder. Do mesmo modo, a construção dos autogovernos sustenta a proposta emancipadora contida no “mandar obedecendo”.

Enquanto as esquerdas tradicionais estabeleciam uma perspectiva de transformação (gradual ou revolucionária) da sociedade a longo prazo, a luta zapatista propõe uma tarefa específica para o EZLN:

três indicações que contêm toda uma concepção sobre a revolução (com minúsculas, para evitar polêmicas com múltiplas vanguardas e salvaguardas da “REVOLUÇÃO”):

A primeira refere-se ao caráter da mudança revolucionária, desta mudança revolucionária. Trata-se de um caráter que incorpora métodos diferentes, frentes diversas, formas variadas e distintos graus de compromisso e participação. Isto significa que todos os métodos têm seu lugar, que todas as frentes de luta são necessárias, e que todos os graus de participação são importantes. Trata-se, portanto, de uma concepção includente, antivanguardista e coletiva. O problema da revolução (atenção com as minúsculas), deixa de ser um problema DA organização, DO método e DO caudilho (atenção com as maiúsculas), e converte-se num problema que diz respeito a todos os que vêem essa revolução como necessária e possível, e em cuja realização todos são importantes.

A segunda refere-se ao objetivo e ao resultado dessa revolução. Não se trata da conquista do Poder ou da implantação (por vias pacíficas ou violentas) de um novo sistema social, mas de algo anterior a ambas. Trata-se de conseguir construir a ante-sala do mundo novo, um espaço onde, com igualdade de direitos e obrigações, as diferentes forças políticas “disputem entre si” o apoio da maioria da sociedade.

A terceira trata das características não já da revolução, mas de seu resultado. O espaço resultante, as novas relações políticas, deverão cumprir três condições: a democracia, a liberdade e a justiça.

Em suma, não estamos propondo uma revolução ortodoxa, mas algo muito mais difícil: uma revolução que torne possível a Revolução (Subcomandante Insurgente Marcos, 1995).

Sem nunca perder de vista que foi “adotado” inicialmente pelas comunidades como um grupo de autodefesa, o EZLN teve a visão para se colocar inserido nas relações de poder (“somos parte do velho mundo”, dizem) e, nessa medida, conceber-se como um ator limitado em seus alcances e na temporalidade de sua existência. A riqueza da experiência zapatista está

marcada fundamentalmente por esta capacidade auto-reflexiva, da qual cabe citar dois exemplos significativos.

Em primeiro lugar, de acordo com o próprio relato dos zapatistas, a adoção das formas de vida das comunidades determinou que o grupo guerrilheiro centrado na autodefesa se transformasse num exército camponês e indígena com um projeto de transformação revolucionária nacional. O crescimento “exponencial” do EZLN tem como desencadeador a contra-reforma do Artigo 27 da Constituição de 1992, que pôs fim à redistribuição agrária, mas sua condição de existência foi a transformação da organização político-militar numa organização-movimento com vários níveis de participação sumamente flexíveis. E, ainda mais importante, a contribuição indígena e comunitária implicou o enriquecimento do projeto revolucionário com elementos éticos e culturais muito diferentes da tradição revolucionária (Le Bot, 1997: 142-151).

Em segundo lugar, a capacidade de repensar-se foi essencial na reorientação estratégica do EZLN após os doze dias de guerra aberta e das intensas mobilizações em todo o México pedindo uma solução pacífica para o conflito chiapaneco. Uma organização preparada para a guerra tem sido capaz de focalizar seus esforços na construção de novas relações sociais, tanto ao impulsionar e proteger a criação das autonomias como ao tornar possíveis os encontros com a sociedade civil.

Estes episódios, junto com muitos outros, mostram que o EZLN não concebe sua luta a partir de uma perspectiva dogmática ou finalista, mas sim enraizada profundamente na vontade expressa de seus membros, posto que “uma revolução ‘imposta’, sem o aval das maiorias, acaba por voltar-se contra si mesma” (Subcomandante Insurgente Marcos, 1995). Esta concepção da revolução abre múltiplas possibilidades de avanço e permite que um amplo leque de atores sociais se reconheça nessa formulação e a desenvolva em seus próprios termos e terrenos.

Uma questão central neste terreno é a concepção do EZLN da relação que busca ter com as comunidades. Ser o garantidor da autonomia constitui a faceta “positiva” da existência de uma força político-militar, mas a reflexão do EZLN atinge também um conjunto de aspectos problemáticos ligados ao caráter armado desta luta: as medidas de segurança, a existência de hierarquias, de comandos e de ordens, criam situações não-democráticas e inflexibilidades que freiam a criação de novas socialidades e a construção da autonomia:

Funcionando com responsáveis locais (isto é, os encarregados da organização em cada comunidade), regionais (um grupo de comunidades) e de zona (um

grupo de regiões), o EZLN viu que, de forma natural, aqueles que não cumpriam com os trabalhos eram substituídos por outros. Embora aqui, como se tratava de uma organização político-militar, o comando tomava a decisão final. Com isto quero dizer que a estrutura militar do EZLN “contaminava” de alguma forma uma tradição de democracia e autogoverno. O EZLN era, por assim dizer, um dos elementos “antidemocráticos” numa relação de democracia direta comunitária... (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

Assim, a progressiva independência do EZLN com respeito às tarefas de governo busca também reduzir as influências prejudiciais que derivam das relações de poder no interior da própria organização armada, embora isto se realize de forma gradual: atualmente o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, direção do EZLN, mantém ainda uma prerrogativa de “vigilância” sobre as Juntas de Bom Governo. Por isso, a perspectiva colocada para o EZLN é a autodissolução: “Nós decidimos um belo dia nos tornar soldados para que um dia não sejam necessários os soldados”.

Estabelecer-se a si mesmo como parte –e apenas *uma* parte– da transformação social é o que explica a postura do EZLN de não buscar o poder. Se o horizonte é o “mundo onde caibam muitos mundos”, não é possível que um único ator –nem um pequeno número de atores– encarne o conjunto da transformação social. Os desenlaces trágicos das experiências revolucionárias aumentam a pertinência da necessidade de que os “rebeldes” se mantenham em seu papel de contrapeso do poder²².

A construção dos autogovernos e as reiteradas tentativas para alcançar uma interlocução respeitosa e frutífera com os poderes federais desmentem as interpretações superficiais que convertem a postura de não tomar o poder em uma absurda negação do poder e de suas expressões estatais. Com efeito, a luta zapatista tem sido conseqüente em manter uma total

22 Durante a Marcha da Cor da Terra, em 2001, talvez o momento de maior protagonismo político nacional da luta zapatista, o Subcomandante Insurgente Marcos fixou a posição dos zapatistas enquanto rebeldes sociais: “Nós nos colocamos mais como um rebelde que quer mudanças sociais. Isto é, a definição de revolucionário clássico não se aplica a nós. No contexto onde surgimos, nas comunidades indígenas, não existia essa expectativa. Porque o sujeito coletivo também o é no processo revolucionário, e é ele que estipula as pautas... O revolucionário tende a se converter em um político e o rebelde social não deixa de ser um rebelde social. No momento em que Marcos ou o zapatismo se converterem num projeto revolucionário, isto é, em algo que se torne um ator político dentro da classe política, o zapatismo irá fracassar como proposta alternativa... um revolucionário se propõe fundamentalmente a transformar as coisas a partir de cima, não de baixo, ao contrário do rebelde social. O revolucionário propõe: Vamos fazer um movimento, tomo o poder e a partir de cima transformo as coisas. E o rebelde social, não. O rebelde social organiza as massas e a partir de baixo vai transformando, sem ter que se colocar a questão da tomada do poder” (Scherer, 2001).

independência com respeito ao regime político mexicano, mas realizou diversas tentativas para obter acordos que beneficiem as comunidades em resistência. Longe de dar as costas para as realidades do poder, os zapatistas apoiaram uma candidatura presidencial (a de Cuahutémoc Cárdenas, em 1994), a de um candidato a governador sem partido (Amado Aveniño, em 1995), dialogaram com os representantes do Poder Executivo (especialmente em San Andrés, em 1996) e com o Parlamento (2001), sempre mostrando disposição para alcançar acordos e saídas pacíficas à guerra declarada em 1994. Tudo isso não impediu que a construção das autonomias avance, nem implicou que o EZLN se integre ao sistema político imperante.

AUTONOMIA E BOM GOVERNO

A multiplicação dos sujeitos da transformação social implica, por último, as relações entre representantes e comunidades, as instâncias da soberania, os mandatos, o consenso e os desacordos, temas dos quais já falamos a propósito da construção da autonomia. O “modo” zapatista de construir estas relações tenta superar as formas hierárquicas de governo. Sendo as assembléias comunitárias o “soberano” em primeira e última instância, este modo de governo assegura a formação e a expressão de uma vontade geral (ou, em todo caso, majoritária) e integral, isto é, uma vontade que expressa o consenso da comunidade sobre os problemas e aspirações coletivos:

É a razão e a vontade dos homens e mulheres bons buscar e encontrar a melhor maneira de governar e governar-se, o que é bom para a maioria é bom para todos. Mas que não se calem as vozes da minoria, que elas continuem em seu lugar, esperando que o pensamento e o coração se tornem comum no que é vontade da maioria e parecer da minoria, assim os povos dos homens e mulheres verdadeiros crescem para dentro e se tornam grandes, e não há força de fora que os rompa ou leve seus passos a outros caminhos. Nosso caminho sempre foi o de que a vontade da maioria se fizesse comum no coração dos homens e mulheres de mando. Era essa vontade majoritária o caminho por onde devia andar o passo daquele que mandava. Se seu andar se distanciava da razão do povo, o coração que mandava devia ser mudado por outro que obedecesse. Assim nasceu nossa força na montanha, aquele que manda obedece se é verdadeiro, aquele que obedece manda pelo coração comum dos homens e mulheres verdadeiros. Outra palavra veio de longe para que este governo fosse nomeado, e essa palavra nomeou “democracia” este nosso caminho que andava antes que andassem as palavras (CCRI-CG do ELNZ, 1994).

Nesse contexto, os representantes estão investidos de autoridade enquanto contam com uma decisão discutida e adotada diretamente por suas comunidades²³. Esta autoridade tem como contrapesos a vigilância permanente dos membros da comunidade, a não-remuneração e o caráter revogável do cargo.

Assim, o “mandar obedecendo” é a resposta zapatista que busca superar a “profissionalização” da política, que, não é demais repetir, desembocou *sistematicamente* na separação entre governantes e governados, e na perda de sentido das formas de governo.

Dez anos de resistência e de construção de autogovernos significam uma contribuição para a idéia de que as hierarquias estatais não são a única nem a melhor maneira de relacionamento na arena pública. As autonomias enfrentaram com êxito os obstáculos que a guerra e a contra-insurgência colocaram para a extensão e o desenvolvimento da luta zapatista. Embora as realizações materiais – e seus alcances – tenham sido modestas, o essencial desta experiência autonômica é que permitiu às comunidades resistir e fortaleceu-as em todos os âmbitos.

Com relação aos atores políticos e sociais do México, atualmente a luta zapatista constitui um ponto de referência muito importante. A experiência autonômica e as tentativas de desenvolver uma nova cultura política introduziram elementos inovadores para as lutas sociais do país. Pela primeira vez desde a Revolução de 1910 configuram-se atores cuja perspectiva não é ganhar postos políticos, mas criar novas relações sociais. Do mesmo modo, o chamado para construir as autonomias em todo o país e a formulação da autogestão como alternativa frente a uma gestão estatal completamente ineficiente constituem avanços substanciais nos meios e nas orientações da mudança social. Na conjuntura atual, a força organizada do EZLN e sua interlocução com amplos setores sociais são elementos que podem coadjuvar na construção de redes de resistência e de ações unitárias com as forças que se mobilizam contra a “última onda de privatizações”. É nessa direção que parecem se encaminhar as estratégias lançadas pelos zapatistas em agosto de 2003.

A maneira como os zapatistas abordam o poder explica a amplitude das solidariedades que sua luta suscitou, as quais têm sido determinantes para resistir a quase dez anos de guerra contra si. E igualmente importante é que as posturas zapatistas frente aos dilemas do poder impulsionaram o

23 Talvez o melhor exemplo seja a Declaração de Guerra contra o governo mexicano, discutida, adotada e assinada por dezenas de milhares de indígenas zapatistas, cuja concretização foi a entrega do comando ao Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, encarregando-o da condução da guerra.

ressurgimento da contestação social em todo o mundo e a exploração de formas de luta alternativas à tradição das esquerdas. O recurso às armas e a um exército popular foi um fator muito importante do enorme impacto do levante zapatista. Contudo, o essencial foi a formulação de uma nova cultura política que recupera as lições das lutas sociais a partir de duas vertentes complementares.

Por um lado, a luta zapatista realiza uma *ressignificação* de valores e de métodos que haviam sido pervertidos pelas práticas dos governos de todos tipos, a ponto de os terem desqualificado como princípios da convivência social: o horizonte da luta zapatista é constituído por valores como a democracia, a justiça e a liberdade, os quais haviam perdido todo sentido com os governos “modernizadores” de direita e de esquerda.

Por outro lado, a prática e o discurso do EZLN e das comunidades em resistência abrem caminho para novas buscas e para novas formas de lutar baseadas na ruptura com o pensamento dicotômico e excludente, de verdades universais e caminhos e objetivos predeterminados.

Este pensamento dicotômico constitui a linguagem do poder e das organizações políticas (não é em vão que o partido constitui a organização de uma parte da sociedade que enfrenta outra pelo controle do corpo social). E como produto de processos históricos ligados ao desenvolvimento capitalista e à cada vez mais densa rede de dominação social, este pensamento capitalista, o modo da competição e da negação do outro, conseguiu influir de maneira significativa nos movimentos sociais e no pensamento crítico.

Nesse contexto, as propostas zapatistas questionam na raiz as idéias-força das esquerdas (marxista, partidárias): das classes sociais até a ditadura do proletariado, passando pela tomada do poder, todas as categorias ligadas a esta tradição da luta social são postas em questão, mas não para negá-las e sim para superá-las, conservando delas não o que é “valioso”, mas o balanço, as lições da longa experiência dos oprimidos em sua luta pela emancipação. É nesta vertente inovadora que a luta das comunidades zapatistas e as propostas do EZLN têm conseguido tecer novas relações de solidariedade e aprendizagem coletiva com atores nacionais e estrangeiros que não se reconhecem nas formas tradicionais da política: governos “progressistas”, partidos e organizações sociais corporativas. E isso sem negar as relações que, em termos de igualdade e sem subordinações, tiveram com as forças tradicionais e algumas partidárias (tendo como exemplos sintomáticos os vínculos com forças e grupos italianos da esquerda partidária e com diversos grupos religiosos e ecumênicos da América e da Europa).

ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE A AUTONOMIA

As características da maneira zapatista de lutar nos colocam diante de uma série de perguntas e de esboços de respostas. Para terminar este trabalho, colocaremos quatro questões ligadas à construção da autonomia.

Em primeiro lugar, podemos perguntar sobre os cenários possíveis para o desenvolvimento da autonomia. Atualmente, este processo enfrenta novos desafios. A partir do momento em que se constitui, junto com outras instâncias da vida social, uma instância de governo regional, as comunidades em resistência entram numa dialética complexa.

Por um lado, produz-se um avanço radical enquanto o autogoverno continua atuando no sentido de dissolver as relações de dominação que pesaram sobre as comunidades desde muito tempo atrás: tanto o caciquismo e o papel dos partidos políticos como a sujeição econômica e a marginalização social retrocedem diante do impulso das autonomias. Assim, o controle e a autodeterminação sobre os aspectos essenciais da vida social, como o são a terra e, portanto, a alimentação, a saúde, a educação e a cultura, ampliam e fortalecem as capacidades da resistência.

Por outro lado, desencadeia-se um processo de institucionalização que pode, sob certas condições, levar ao fracasso a experiência autonômica, detendo os processos de emancipação. Nisso desempenha um papel decisivo a política de contra-insurgência dos governos federal e local, e por certo a vigilância e as pressões que os grandes poderes mundiais exercem contra as comunidades em resistência. As pressões cotidianas de uma guerra declarada e que se trava em todos os terrenos pode fazer surgir tendências autoritárias nos governos autônomos, que começariam dessa maneira a se desligar da vigilância das comunidades e a impor sua autoridade.

Mas esta ameaça que nasce do enfrentamento direto com o poder não é a única. Ao escalar os níveis de governo, cria-se a possibilidade das separações.

Seguindo o raciocínio zapatista, podemos dizer que as juntas provarão que são de “bom governo” nos fatos, enquanto os homens e as mulheres que participam da experiência autonômica (representantes e comunidades) forem capazes de aplicar e desenvolver os métodos que até agora têm permitido a resistência. Do mesmo modo, será na própria experiência que a tutela do EZLN sobre as Juntas de Bom Governo tenderá a desaparecer ou a se acentuar, fortalecendo ou desvirtuando essas instâncias das autonomias.

Igualmente importante e arriscada é a representação de “órgão de governo” que as juntas têm frente às comunidades não-zapatistas com as quais dividem o território. A partir de agora, haverá um enfrentamento cotidiano no qual os poderes locais e governamentais tentarão confrontar as instâncias autônomas

de modo que estas “reprimam” membros dessas comunidades. Confrontação diante da qual estarão à prova os métodos consensuais e a capacidade de resistência e mobilização dos zapatistas. O reconhecimento nas realizações das Juntas de Bom Governo por parte das comunidades não-zapatistas será muito importante enquanto a Constituição não incorporar os direitos indígenas e, em especial, as autonomias²⁴.

Finalmente, a luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos originários do México não perdeu vigência com o nascimento das Juntas de Bom Governo. Diante da barreira dos poderes federais, continua sendo necessário impulsionar o reconhecimento deste direito *de todos os povos* a governar e governar-se. Se a via principal da luta zapatista é a construção das autonomias nas realizações, seu reconhecimento constitucional é uma medida indispensável para qualquer regime verdadeiramente democrático e, por isso, é uma demanda de alcance nacional que interpela o conjunto da sociedade mexicana.

O fortalecimento do processo autonômico em Chiapas coloca outra interrogação: quais são as contribuições da experiência zapatista que podem ajudar a transformação social em outros contextos, em particular nas grandes cidades?²⁵. As dificuldades para transformar as relações sociais

24 Entre agosto e outubro de 2003 produziram-se vários exemplos desta dinâmica. O primeiro refere-se à Junta de Bom Governo *El Caracol que habla para todos* (de Roberto Barrios), que denunciou os projetos de construção de um hotel no território da comunidade; os priistas mostraram-se dispostos a permitir a construção, enquanto que os zapatistas se mobilizaram contra. No final, por se tratar de um recurso não divisível (um rio e sua cascata), chegou-se a um acordo e a construção não se realizou. Em outro caso relacionado com a distribuição de justiça, as autoridades autônomas do Caracol *Madre de los Caracoles del Mar de Nuestras Sueños* (de La Realidad) mediaram um conflito entre particulares pela propriedade de uma camionete, onde uma pessoa foi retida à espera da reparação do prejuízo; isso foi utilizado pelos infratores para denunciar um suposto seqüestro por parte dos zapatistas. Novamente obteve-se um acordo entre os implicados. Finalmente, os membros da junta do *Torbellino de nuestras palabras* (de Morelia) mediaram a libertação de vários zapatistas encarcerados pelas autoridades estatais, acusados de corte ilegal de árvores. Neste caso conseguiu-se que as autoridades estatais reconhecessem a validade das autorizações para cortar árvores expedidas pela Junta de Bom Governo, o que permitiu a libertação de seus companheiros.

25 Fiéis à sua idéia de construção coletiva e antivanguardista, os zapatistas nos previnem contra a imitação acrítica de sua experiência: “Diz-se que diversos movimentos, tanto do México como de outras partes do mundo, viram no zapatismo um exemplo de luta e, inclusive, que alguns retomaram seus princípios para a construção de suas próprias resistências. Nós dizemos a eles: aos que seguem o exemplo, que não o sigam. Pensamos que cada qual tem que construir sua própria experiência e não repetir modelos. Neste sentido, o que o zapatismo lhes oferece é um espelho, mas um espelho não é você, somente o ajuda a ver como você se vê [...] dizemos a eles que vejam nossos erros e acertos, se é que existem, aquilo que possa servir para construir seus próprios processos, mas não se trata de exportar o zapatismo ou de importá-lo. Pensamos que o povo tem a valentia e a sabedoria para construir seu próprio processo e seu próprio movimento, porque tem sua própria história. Não só é preciso saudar isso, como é necessário propiciá-lo” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003a).

são enormes no contexto das sociedades altamente estratificadas, onde a divisão do trabalho, as especializações, as separações e a individualização vêm há séculos se produzindo e deixando sua marca sobre indivíduos e coletivos.

Uma primeira questão que se pode avançar neste terreno é a de reconhecer as dificuldades enfrentadas pela construção de espaços autônomos nas grandes cidades. Tomando como referência a experiência zapatista, podemos dizer que essas dificuldades referem-se principalmente a dois fatores: o tipo de comunidades que existem nas cidades e, derivado disso, a “incapacidade” aparente de recuperar as bases imediatas da reprodução social.

Como resultado característico do capitalismo, grande parte dos agrupamentos nas cidades se constituem em torno de um sentido externo: em vez de serem o espaço da livre determinação de seus integrantes, estas pseudocomunidades respondem aos diferentes modos de organização social capitalista, especialmente no que tange à organização da passividade (o consumismo, os espetáculos) e às instituições sociais (comunidades agremiais, religiosas, educativas). Todas estas comunidades “fictícias”²⁶ compartilham uma estrutura fortemente hierarquizada, onde os mecanismos de decisão estão em umas poucas mãos (geralmente alheias à comunidade em questão, como no caso dos espetáculos) e onde o diálogo autêntico está ausente.

Pensamos que a construção de comunidades entre os habitantes das cidades terá formas múltiplas: algumas nascerão somente na presença de rupturas sociais (pensamos nos trabalhadores industriais), outras serão produto de uma maturação lenta em um meio desorganizado (por exemplo, os bairros que no México mantêm uma forte unidade cultural, mas cujas expressões no terreno da luta social são poucas); também a busca de modos de vida alternativos dará lugar a novas comunidades (processo que podemos observar entre alguns grupos de jovens).

Um aspecto essencial desta possibilidade merece ser destacado: as comunidades nas sociedades altamente estratificadas terão características diferentes

26 Marx formula a idéia das comunidades “fictícias” ou “ilusórias” como parte de sua crítica ao pensamento de Hegel: em textos como *A sagrada família*, *A crítica à filosofia do direito de Hegel* e *A ideologia alemã*, Marx argumenta que, como resultado da progressiva divisão do trabalho e da propriedade, produz-se uma separação crescente entre o interesse comum e o interesse particular de cada indivíduo, processo que mina as bases de existência das comunidades. E isso não só em termos da contraposição dos interesses individuais, mas, em essência, no tocante à maneira como se relacionam os indivíduos com as potências produtivas e com os resultados de sua atividade. As comunidades do capitalismo são “fictícias” enquanto aparecem como relações entre coisas, entre indivíduos despersonalizados, e enquanto são governados por forças alheias aos indivíduos que as formam.

das comunidades que agora sustentam as lutas sociais indígenas e camponesas, em torno de dois grandes eixos da atividade social.

Em primeiro lugar, as soluções para a reprodução do indivíduo e do coletivo deverão passar por um refinamento dos modos de produzir a riqueza social. A automação, o uso de tecnologias que respeitem o meio ambiente, as mudanças nos padrões de consumo e em particular nos padrões alimentares, são três exemplos das mudanças que hoje já se perfilam como bases de comunidades urbanas, obviamente harmonizadas com aquelas que habitam o campo.

Em segundo lugar, a construção de comunidades nestes meios necessita da ruptura dos mecanismos da dominação capitalista sobre o mal chamado “tempo livre”, e a superação das especializações da esfera “política”. Uma das contribuições mais importantes da experiência zapatista é a recuperação do diálogo como elemento básico da comunidade. Em espaços caracterizados pelo monopólio da comunicação (por parte dos meios) e da política (por parte do Estado), é indispensável encontrar modos de comunicação transparente e coletiva. Pensamos que uma parte disso está transcorrendo mediante os encontros imediatos (os encontros zapatistas, as assembléias de bairro e as organizações piqueteiras são exemplo disso) e através da construção de novos modelos de comunicação horizontal, não hierárquica.

Nesta perspectiva, é necessário também reconhecer uma limitação central: a expropriação no meio urbano tem uma qualidade muito diferente daquela em que se baseiam os autogovernos zapatistas (existência de um território que, por pequeno ou pobre que seja, assegura um mínimo de meios de satisfação que podem ser autogeridos). Nas cidades estamos desligados dos meios para satisfazer nossas necessidades imediatas: ser assalariados ou ter trabalhos precários faz com que pareça imprescindível o recurso ao dinheiro. As experiências das fábricas ocupadas e dos circuitos de troca na Argentina oferecem esboços dos modos como podemos recuperar o controle sobre as bases de nossa existência. Contudo, pensamos que a questão de fundo continua de pé, visto que estes modos de autogestão não são capazes (ainda) de substituir o dinheiro e a produção de mercadorias como mecanismos de distribuição e de geração da riqueza social²⁷.

27 Não obstante, é importante considerar o exemplo das coletividades aragonesas durante a guerra civil espanhola, que alcançaram importantes desenvolvimentos no autogoverno de sociedades mais heterogêneas e especializadas. Respondendo às dúvidas acerca da possibilidade de implantar a autogestão em realidades econômicas e sociais mais complexas, Carrasquer aponta: “Em nossa projeção libertária, a solução consistiria em agrupar a população dos bairros ou distritos em tantas coletividades quantas se considerem convenientes, e que, vinculadas entre si pelos órgãos de coordenação que constituem a trama do sistema federal, tornariam possível a participação, tanto na vida da coletividade como em suas assembléias, de todos aqueles cidadãos comprometidos com a construção dessa sociedade libertária que pode se converter em realidade quando uma maioria consciente e decidida o proponha realmente” (Carrasquer, 1985: 187).

Isso nos conduz a outra diferença com respeito à situação das comunidades zapatistas: nas cidades alcançou-se um nível muito mais alto de acesso a essa riqueza social, e, o que é mais importante, sabemos que esse acesso está ligado às relações de poder (salarial, mas não só), de tal modo que uma prática autonômica requer, seja uma ruptura frontal com essas relações de poder (que coloca em situação de vulnerabilidade diante do mercado, do Estado e dos capitalistas), seja uma enorme e muitas vezes insuperável quantidade de mediações (que acabam quase sempre por afogar os esforços de autonomia e/ou que os faz degenerar em empresas capitalistas “eficientes”)²⁸.

Esta é uma questão aberta sobre a qual o pensamento crítico e a luta social deverão trabalhar arduamente para oferecer alternativas.

Uma terceira questão refere-se a um exercício comparativo com outras revoluções camponesas do passado, linha que acreditamos ser fundamental para fazer avançar a reflexão sobre o mundo onde caibam muitos mundos. Aqui apenas evocaremos dois traços que nos parecem essenciais.

Primeiro, como mencionamos, tanto o exército insurrecional da Ucrânia (entre 1918 e 1921), como as milícias anarquistas durante a guerra civil espanhola (1932-1937) compartilham com o EZLN o projeto de autodissolver-se, de não se converter em um novo poder que oprima o povo, e em separar claramente as tarefas da guerra das tarefas do autogoverno.

Segundo, e este é um indício particularmente alentador, constatamos que os zapatistas, até agora, conseguiram resistir à tentação “militarista” que desempenhou um papel desastroso nas revoluções camponesas do século XX. Enraizados numa visão de muito longo prazo, os zapatistas mostram que o importante não é “derrotar” o inimigo, mas construir algo novo, para que ao término da guerra as relações entre os seres humanos tenham mudado. Tanto na Ucrânia, pela ação nefasta do Exército Vermelho, como na Espanha, em razão dos desacordos entre as organizações anarquistas e do seu papel central na luta contra Franco, os exércitos camponeses acabaram por se converter em guerreiros e foram aniquilados ao serem privados de sua arma fundamental: o vínculo com os povos²⁹.

28 Ver Holloway (2003).

29 Certamente trata-se de um processo de aprendizagem no qual os erros e fracassos são quase tão numerosos quanto os acertos e os êxitos. O que se destaca é que os zapatistas mostraram uma capacidade de mudar que não é comum entre as organizações sociais (e menos ainda entre as organizações político-militares). É o caso da “polícia zapatista”, que foi mobilizada para controlar a ordem durante um dos grandes encontros zapatistas. A iniciativa causou mal-estar, em especial entre os jovens que participavam do encontro. Desde então, esse corpo, identificado com uma das instituições mais odiadas do sistema capitalista, não voltou a aparecer.

Existem outros temas, como o planejamento da economia, o papel das alianças e a evolução de outras lutas sociais, onde o exercício comparativo entre essas três experiências revolucionárias parece pertinente, permanecendo como uma linha de trabalho aberta.

Finalmente, a configuração de cenários de alternância no governo do México criou desafios até certo ponto alheios ao projeto zapatista de criar autonomias em todo o país. Diante das dificuldades para a criação de alternativas que superem a cultura política do corporativismo, aumentam as possibilidades de uma mobilização popular em apoio a uma mudança de governo, fenômeno que já aconteceu em 2000, quando Vicente Fox ganhou a presidência. E até agora, depois das eleições parlamentares de 2003, o cenário que se configura é o de retorno do PRI à Presidência.

Nessa perspectiva, a relação das autonomias com os poderes locais, e sobretudo com os poderes federais, pode voltar a se converter numa fonte de conflitos intensos. Em suas primeiras reações, o governo federal declarou que não existe incompatibilidade entre as Juntas de Bom Governo e os ordenamentos constitucionais imperantes; alguns deputados de Chiapas propuseram, inclusive, reformar a Constituição estatal para “legalizar” as Juntas.

Não obstante, em face dos projetos neoliberais (erigidos tanto pelo PAN como pelo PRI, e inclusive pelo PRD), não parece haver muitas possibilidades de que o atual sistema dê espaço para as autonomias e permita seu desenvolvimento em todo o país. De fato, as últimas manifestações do Comando do EZLN mostram a preparação para um crescente enfrentamento, posto que as autonomias são a negação do regime autoritário em que vive o México, e que não mudou apesar da alternância na Presidência da República. Daí a centralidade que tem a construção de redes nacionais de resistência para enfrentar um sistema político desesperante, impossível de reformar.

Em suma, os zapatistas de Chiapas mostram que as estratégias de uma luta não nascem apenas de uma teoria, de um programa, do balanço das experiências históricas, mas se constroem na experiência coletiva da resistência:

Nós, a nosso modo, consideramos que primeiro realizamos a prática e depois a teoria... Nós, a nosso modo, temos uma idéia e a colocamos em prática. Pensamos que são idéias boas, mas na prática é que vemos se têm problemas, ou como iremos resolvendo os problemas (Major Insurgente de Infantaria Moisés em Muñoz, 2003).

BIBLIOGRAFIA

- Archinoff, Pedro 1975 *Historia del movimiento macknovista* (Barcelona: Tusquets).
- Bartra, Armando 1996 *El papel de los municipios en el desarrollo social* (México: Instituto de Estudios para el Desarrollo Rural).
- Bartra, Armando 2003 “¡Caracoles! Descifrando la Treceava Estela” em *Memoria* (México) N° 176, outubro.
- Bartra, Armando et al. 1998 “Los Acuerdos de San Andrés y los proyectos de autonomía” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 6.
- Carrasquer, Félix 1985 *Las colectividades de Aragón. Un vivir autogestionado, promesa de futuro* (Barcelona: Laia).
- CCRI-CG del EZLN 1994 *Carta del 26 de febrero*. Em <www.ezln.org>.
- Ceceña, Ana Esther 1996 “Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 2.
- Ceceña, Ana Esther 1998 “De cómo se construye la esperanza” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 6.
- Ceceña, Ana Esther 1999 “La resistencia como espacio de construcción del nuevo mundo” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 7.
- Ceceña, Ana Esther 2002a *El reconocimiento de los derechos y cultura indígenas y la incompetencia del sistema político mexicano*. Em <http://www.ezln.org/san_andres/cecena-SCJN-2-2002.html>.
- Ceceña, Ana Esther; Ornelas, Adriana y Ornelas, Raúl 2002 “No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 13.
- Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria (CIEPAC) 2003. Disponível em <www.ciepac.org>.
- Comandante David 2003 *Palabras a los indígenas no zapatistas*, 9 de agosto. Disponível em <www.ezln.org>.
- EZLN 1994-2004 *Comunicados*. Disponível em <www.ezln.org>.
- EZLN 1994-2004 *Documentos y Comunicados* (México: ERA) Tomos 1, 2, 3, 4 y 5.
- EZLN 2002 *La marcha del color de la tierra* (México: Rizoma).
- Gobierno Federal e EZLN 1996 *Acuerdos sobre Derechos y Cultura Indígenas*, Documento 1. Pronunciamento conjunto que o governo federal e o EZLN enviaram às instâncias de debate e decisão nacional, 16 de fevereiro.
- González Casanova, Pablo 2003 “Los caracoles zapatistas. Redes de resistencia y autonomía (ensayo de interpretación)” em *La Jornada* (México) 26 de setembro.
- Hernández Navarro, Luis e Vera Herrera, Ramón (org.) 1998 *Acuerdos de San Andrés* (México: ERA).
- Holloway, John 1997 “La revuelta de la dignidad” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 5.
- Holloway, John 2002 *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy* (Buenos Aires: Herramienta).

- Holloway, John 2003 “Los Caracoles. El realismo mágico y los agujeros de ozono” em *Memoria* (México) N° 176, outubro.
- Le Bot, Yvon 1997 *El sueño zapatista* (Barcelona: Plaza & Janés).
- Lenkersdorf, Carlos 1996 *Los hombres verdaderos. Voces y testimonios tojolabales* (México: Siglo XXI/UNAM).
- Leval, Gastón 1971 *Espagne Libertaire 1936-1939. L'oeuvre constructive de la Révolution espagnole* (Paris: Editions du Cercle).
- López Bárcenas, Francisco 2002 *Autonomía y Derechos Indígenas en México* (México: COAPI/CONACULTA).
- López Monjardin, Adriana e Rebolledo, Dulce María 1999 “Los municipios autónomos zapatistas” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 7.
- Makhno, Nestor 1970 *La Révolution russe en Ukraine 1918-1921* (Paris: Pierre Belfond).
- Marez (Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas) *Denuncias y pronunciamientos*. Disponível em <www.enlacecivil.org/denuncias.html>.
- Marez 1998 *Fuerte es su corazón: los municipios rebeldes zapatistas* (México: FZLN).
- Muñoz Ramírez, Gloria 2003 *20 y 10 el fuego y la palabra* (México: Rebeldía/La Jornada).
- Pineda, Francisco 1998 “Vaciar el mar (la guerra y la crisis del Estado)” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 6.
- Scherer, Julio 2001 “La entrevista insólita” em *Proceso* (México) 11 de março.
- Subcomandante Insurgente Marcos 1994 “El Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía” em EZLN *Documentos y comunicados* (México: ERA).
- Subcomandante Insurgente Marcos 1995 *La historia de los espejos*. Disponível em <www.ezln.org>.
- Subcomandante Insurgente Marcos 2003 *La Treceava Estela*. Disponível em <www.ezln.org>
- Subcomandante Insurgente Marcos 2003a “Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer” em Muñoz Ramírez, Gloria *20 y 10 el fuego y la palabra* (México: Rebeldía/La Jornada).
- Subcomandante Insurgente Marcos 2003b *Mensaje a las autoridades autónomas*, 9 de agosto. Disponível em <www.ezln.org>.
- Trotsky, Leon 1925 “¿Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?” em *Pravda*, 28 de agosto. Disponível em <<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/economicos>>.
- Voline 1969 *La Révolution inconnue 1917-1921. Documentation inédite sur la Révolution russe* (Paris: Pierre Belfond).

